

SOBRE AS ORIGENS DO VOCABULÁRIO POLÍTICO MEDIEVAL¹

José Antônio Martins²

RESUMO: O fenômeno da incorporação do corpo lexical político aristotélico transliterado do grego ao contexto latino do século XIII nos remete a problemas sobre as presenças e ausências terminológicas, não somente na tradução da *Política*, feita por Guilherme de Moerbeke, e nos comentários de Alberto Magno e Tomás de Aquino ao texto latino de Aristóteles, mas também à possível reverberação desses vocábulos políticos moerbekianos em alguns leitores da *Política*, no século XIV. Não se trata apenas de verificação de quem usou ou não usou tais ou quais termos, nem mesmo da elaboração de juízos sobre esses usos, como que para rotular pensadores; antes, trata-se de tentar individuar, a partir dos usos terminológicos, o surgimento de um novo modo de pensar e compreender a esfera da vida humana que é a dimensão pública, ou melhor, política. Tentaremos compreender, neste artigo, especificamente como emerge, a partir dessa tradução latina da *Política*, um novo quadro conceitual, a saber: a esfera *política*. Constataremos que a tradução da *Política* de Moerbeke consolida um novo vocabulário e um novo quadro conceitual que será, doravante, um dos fundamentos do pensamento político.

PALAVRAS-CHAVE: *Política*. Aristóteles. Moerbeke. tradução. recepção.

A) INTRODUÇÃO

A tradução latina da *Política* de Aristóteles, feita pelo frade dominicano Guilherme de Moerbeke, inaugura um novo momento no pensamento político latino, pois traz inúmeros conceitos novos, um novo modo de pensar a dimensão pública do homem, bem como novos vocábulos. Contudo, o texto latino da *Política* por si só não foi o único responsável pelas mudanças verificadas no pensamento político, a partir do século XIII. Os comentários ao texto, feitos num primeiro momento por Alberto Magno e Tomás de Aquino, além das inúmeras apropriações desses novos conceitos políticos pelos escritores mais diversos, como Marsílio de Pádua, Egídio Romano, Bartollo de Sassoferrato, Lauro Quirini etc., ampliaram e consolidaram aquilo que ficou conhecido como o aristotelismo político medieval. Esses dados históricos, entretanto, são já deveras conhecidos.

¹ Este artigo apresenta alguns resultados de minha pesquisa de Pós-Doutorado realizada na Universidade de Padova (Itália), que contou com apoio da CAPES.

² Professor de Filosofia Política do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNIOESTE. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade de Pádua (Itália). Publicou *Republicanism and Democracia* (Org). Maringá: Eduem, 2010, e organizou e traduziu a edição bilíngue de *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (ed. Hedra, 2009).

Chamamos a atenção para outra ordem de problemas que essa tradução traz para o mundo ocidental latino, a saber: a instauração de um novo vocabulário político, que será, por seu turno, a base do vocabulário político da modernidade.

A tradução latina da *Política* já é, por si mesma, um fato muito curioso. Uma das últimas obras a ser vertida para o latim, sendo traduzida direto do grego, sem nenhuma outra tradução anterior para qualquer língua, sem uma tradição de estudos e comentários sistemáticos, a *Política* é um desses casos raros de um texto que passou séculos sendo conservado nas bibliotecas sem despertar maiores interesses. Quando o tradutor dominicano das obras aristotélicas inicia seu trabalho, uma de suas primeiras traduções é da *Política*. Neste caso, há outra peculiaridade: tem-se uma primeira tradução em 1260 (a *translatio imperfecta*) e uma segunda, em 1265 (a *translatio completa*), fato único de duas traduções do mesmo texto na carreira de Moerbeke.

Porém, o que chama mais a atenção é o fato de ele não ter traduzido, mas tão somente transliterado, vários termos gregos, dentre os quais podemos destacar os vocábulos pertencentes à família terminológica ligada à *polis* (*politica, politicum, politico, politici, politeuma, politias, politicam, politizare* etc.) e os termos que designam as formas de governo, como *democratia, oligarchia, tirania, aristocracia* (e os termos derivados desses, *democraticus, oligarchicus, tiranus* etc).

Além dessas transliterações, que já indicam uma ausência de vocabulário latino apropriado à disposição do tradutor, outro aspecto, correlato a este, diz respeito a algumas ausências significativas de termos latinos consolidados e que decorrem de uma antiga tradição de escritores que remontam à República romana, como *respublica, stati paucorum, statis multorum, gubernator, optimates* etc. Mais intrigante ainda é a tradução de *koinonia politiké* por *communicatio politica* e não por *civitas, societas* ou *respublica*, termos latinos esses que poderiam ser tomados como equivalentes à conceituação aristotélica.

Esses primeiros dados revelam o quanto a *Política*, para os seus primeiros leitores latinos, deve ter provocado um relativo estranhamento e dificuldade de compreensão, comprometendo de certo modo sua utilização. Mas não foi isso que se viu, principalmente no século XIV, quando o texto teve uma larga difusão pela Europa latina³. Verifica-se, pois, um descompasso: temos, de um lado, um texto de leitura difícil, com um vocabulário estranho e inédito, que, não obstante, difunde-

3 Cf. FLÜELER, C. *Rezeption und Interpretation der Aristotelischen Política im späten Mittelalter*. Teil I-II. Amsterdam: B. R. Grüner, 1992; Rufino, Salvador Rus. *Comentários a la "Política" de Aristóteles en la Europa medieval e moderna*. Madrid: Fundación Ignacio Larramendi, 2008. Disponível em: http://www.larramendi.es/i18n/cms/elemento.cmd?id=estaticos/paginas/bv_aristoteles_comentarios.htmhttp://www.larramendi.es/i18n/cms/elemento.cmd?id=estaticos/paginas/bv_aristoteles_comentarios.html. Acesso em: 20 ago. 2011.

se pela Europa latina e se torna em algumas décadas um dos textos aristotélicos mais lidos e comentados. Em outras palavras, apesar da nova e difícil terminologia, isso não foi suficiente para os latinos se distanciarem do texto, ou mesmo renegá-lo; ao contrário, a edição latina da *Política* foi amplamente lida e sua terminologia e conceituação assimilada ao pensamento político latino.

Diante desse fenômeno, convém analisar o porquê de algumas presenças e de algumas ausências terminológicas, não somente na tradução moerbekiana, mas também nos seus primeiros comentadores, no caso, Alberto e Tomás. Não se trata tão somente de verificação de quem usou ou não usou tais ou quais termos, nem mesmo da elaboração de juízos sobre esses usos, como que para rotular pensadores. Trata-se, antes, de tentar individualar, a partir dos usos terminológicos, o surgimento de um novo modo de pensar e compreender essa esfera da vida humana que é a sua dimensão pública, ou melhor, política. No caso específico aqui, tentaremos compreender como emerge, a partir dessa tradução latina da *Política*, um novo quadro conceitual, a saber: a esfera *política*.

B) A TRADUÇÃO DE MOERBEKE

Conhece-se amplamente a importância das traduções de Guilherme de Moerbeke para a filosofia tardo-medieval, principalmente em função de suas revisões de traduções e traduções das obras de Aristóteles e outros autores gregos, como Temístio e Simplicio. Nesse sentido, a história pessoal desse frade dominicano e das circunstâncias em que viveu fornecem boas pistas para compreender o problema em questão.

Martin Grabmann, em um primeiro estudo sobre o tradutor dominicano, apresenta várias informações sobre sua carreira. Guilherme ou Willian de Moerbeke, de Brabante, ou também Guilherme de Corinto ou Grego são algumas denominações que recebeu, ao longo de sua vida. Moerbeke é uma cidade da atual Bélgica, próxima de Brabante e Louvain. Pouco se conhece sobre o início da vida de Moerbeke: sabe-se que nasceu em 1214, que entrou para a ordem dominicana ainda jovem e recebeu a sua primeira formação no *Studium* da província dominicana em Colônia⁴. Tendo em vista sua propensão para o estudo de línguas, principalmente o grego, Moerbeke é enviado para Tebas e depois Nicéia – territórios bizantinos de língua grega –, certamente para aperfeiçoar seu conhecimento da língua e atender a uma carência antiga entre os frades dominicanos e os latinos, em geral: a pouca quantidade de conhecedores da língua grega para traduzir os diversos textos inéditos

⁴ Cf. GRABMANN, M. *Guglielmo di Moerbeke O. P. il traduttore delle opere di Aristotele*. Miscellanea Historiae Pontificiae, vol. XI, Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1946. [p. 30 ss].

dos filósofos gregos⁵. Não se sabe ao certo quando Moerbeke foi para os territórios gregos, contudo, a data de uma tradução, depositada em Nicéia em 1260, revela que próximo a essa data ele ficou nos territórios bizantinos. Depois, é transferido para a corte papal, a pedido do papa Urbano IV, e reside primeiro em Orviedo e depois em Viterbo, respectivamente onde ficava a cúria, até 1278, quando é nomeado arcebispo de Corinto, cargo que ocupou até a sua morte, em 1286.

Segundo Verbeke⁶, esse período em que Guilherme de Moerbeke passou em terras bizantinas foi para se aperfeiçoar no grego, apreendendo e se familiarizando com o grego falado, que não era mais o grego antigo dos textos filosóficos. Embora o grego não fosse o mesmo, essa estadia foi importante para o estudo dos escritos dos Padres da Igreja, a patrologia grega, e um primeiro contato com os textos originais dos filósofos antigos⁷. Provavelmente, foi a partir dos contatos feitos nesta época que Moerbeke conseguiu os primeiros manuscritos para suas traduções. Quando, a partir de 1260, passa a disponibilizá-las, elas são resultados do trabalho de um membro de uma ordem religiosa conhecida pelo rigor e profundidade dos conhecimentos filosóficos e teológicos, donde ser muito razoável supor que Moerbeke tivesse um bom conhecimento também de filosofia, em particular, do aristotelismo⁸.

Sobre as traduções de Moerbeke, sabe-se que muitas delas foram, na verdade, correções de antigas traduções, as denominadas edições *vetus*, na qual o frade dominicano fazia alterações e modificações substanciais⁹. Seja nesses casos, seja nas inúmeras outras traduções dos originais gregos, ele tinha à disposição ou outras traduções latinas dessas obras realizadas a partir dos originais gregos ou traduções feitas com base nas edições árabes, sem contar a ampla gama de comentários e paráfrases dessas obras, já em língua latina, formando um corpo de subsídios terminológicos e conceituais a sua disposição. Os textos relativos à doutrina da alma e do intelecto, ao lado dos textos lógicos, metafísicos e físicos, evidenciam a presença de um contexto discursivo que o auxiliaram no trabalho de tradução. Se tivermos em

⁵ Segundo Grabmann, os dominicanos possuíam, nessa época, ao menos sete conventos no Oriente, incluindo Tebas, onde provavelmente Moerbeke fez sua estadia. Cf. GRABMANN (op. cit., p. 36-37).

⁶ Cf. VERBEKE, G. Moerbeke traducteus et interprète: un texte et un pensèe. In: *Guillaume di Moerbeke*. Louvain: Brans et Vanhamel, 1989, p. 2.

⁷ Cf. VERBEKE (op. cit., p. 3-4).

⁸ Como mostra Verbeke, na tradução do livro III do *De Anima* de Filopono, em 1268, Moerbeke só traduz uma parte e não o texto todo, por decisão própria, numa clara demonstração de que conhecia o tema e que, para os debates em cursos na Universidade de Paris, no entorno a 1270, essa parte do texto bastava. Cf. VERBEKE (op.cit, p 4-5).

⁹ Cf. GAUTHIER, R-A. *Introduction*. Sententia Libri De Anima. Roma-Paris: Leonina, 1984.

conta aquilo que, primeiro Piaia¹⁰ e depois De Libera¹¹, nomeiam como *translatio studiorum*, veremos como havia já na metade do século XIII, nas universidades europeias, um lastro de discussão, tradução e debates que ofereciam uma ampla gama de termos e conceitos muito precisos para esses temas. Enfim, a presença seja de antigas traduções latinas, seja de debates e discussões teóricas sobre os temas a serem traduzidos, permitiam a Moerbeke realizar um trabalho de alto nível, com um grau de precisão terminológica bem acima da média.

Agrega-se a isso, como mostraram Verbeke e Bossier, que na cronologia das traduções se verifica uma evolução qualitativa, na medida em que Moerbeke realiza um contínuo esforço de aprimoramento do vocabulário e das técnicas de tradução. Essas constatações refutam em parte uma concepção de que as traduções de Moerbeke eram de baixa qualidade, visto que ele mesmo declara e em vários outros manuscritos se lê que a tradução foi feita “[...] palavra por palavra” (*verbum a verbo*). De fato, em algumas traduções, nas quais se mantém a estrutura original do grego, é até possível reconstituir o original grego. Todavia, essa não era uma regra geral para todas as traduções, nem implicam a afirmação, como faz Roger Bacon, ainda no século XIII, de que Moerbeke produzia versões *bárbaras* para a língua latina¹². Isso na verdade não parece ocorrer em todos os casos e certamente não é o caso da segunda versão da *Política*.

Conforme se frisou, a *Política* teve duas traduções: uma denominada *translatio imperfecta*, que contém o livro I inteiro e parte do livro II, até o capítulo 11, e teria sido feita antes de 1260. Uma segunda tradução aparece entre 1265, a *translatio perfecta*, que contém toda a obra¹³. Como foi mencionado, não havia uma tradução da *Política* em língua latina – alguma edição *vetus* – nem uma tradução árabe, pois a *Política* não foi traduzida para essa língua¹⁴. Portanto, o que se sabe é que Moerbeke foi o primeiro a traduzir para o latim o texto aristotélico, fazendo-o pelo original grego. Uma hipótese muito provável, defendida por Verbeke, sugere que a primeira versão teria sido feita a partir de um manuscrito incompleto de

¹⁰ Cf. PIAIA, G. *Vestigia philosophorum*. Il medioevo e la storiografia filosofica. Rimini: Maggioli, 1983.

¹¹ Cf. DE LIBERA, A. *La philosophie médiévale*, 1993.

¹² Cf. GRABAMANN (op. cit., p. 168ss).

¹³ Para a *translatio imperfecta*, cf. *Aristotelis Latinus. Politica* [translatio imperfecta]. Ed. Michaud-Quartin, 1961; Para a *translatio perfecta*, cf. SUSEMIHL, F. *Aristotelis Politicorum libri octo cum vetusta translatione Guilelmi de Moerbeka*. Leipzig, 1872.

¹⁴ Cf. PINE, S. Aristotle's Politics in Arabic Philosophy. In: *Israel Oriental Studies V* (1975), p.150-60, também presente em: *The Collected works of Shlomo Pine, V. III*, Jerusalem: The Magnes Press, The Hebrew University, 1996. [251-261].

baixa qualidade caligráfica, com rasuras e de difícil leitura. Já a segunda tradução, conforme Susemihl¹⁵, teria sido feita com base no texto completo.

O fato que chama a atenção dos especialistas é que a tradução da *Política* foi o único caso conhecido em que Moerbeke fez uma primeira versão e depois realizou uma segunda, o que sugere um cotejamento entre elas¹⁶. Em uma análise, ainda que superficial, verifica-se que a primeira tradução, uma das primeiras realizadas pelo frade, revela em algumas passagens suas indecisões e inseguranças, típicas de um iniciante. A segunda mostra um aperfeiçoamento, seja no vocabulário, seja na construção dos períodos, embora algumas lacunas ainda se façam notar. Conforme Verbeke, a tradução da *Política* é um caso paradigmático da evolução de um tradutor e mostra, pois, os métodos de tradução disponíveis em meados do século XIII, metodologia esta que não se restringia tão somente à tradução de palavra por palavra, mas que, em alguns casos, era uma tradução de períodos e de sua adaptação à estrutura frasal do latim.¹⁷

Nesse sentido, a primeira tradução é mais chamativa, uma vez que traz à tona todas as dificuldades da qual falávamos de início. O jovem Moerbeke, ao traduzir a *Política* a partir de um manuscrito ruim e incompleto, e não tendo um vocabulário apropriado para levar a cabo sua tarefa, deveria forjar um léxico próprio para tentar expressar da melhor maneira esse pensamento político aristotélico, inédito em língua latina, ou seja, criar um vocabulário político latino.

C) A HERANÇA DA TRADUÇÃO E COMENTÁRIO DA *ÉTICA*: GROSSETESTE E ALBERTO

Tendo em vista essa tradução da *Política*, agora podemos retornar a uma questão deixada no início: qual foi a possível fonte vocabular de que Moerbeke fez uso, em sua tradução? Questão que se complica mais, como apontou Schmidt¹⁸, quando nos interrogamos sobre a tradução de *koinonia politiké* por *communicatio politica*. Contudo, antes de passar a essas questões, e talvez até para compreendê-las melhor, seria conveniente se perguntar sobre as possíveis motivações para a

¹⁵ Cf. SUSEMIHL, F. *Aristotelis Politicorum libri octo cum vetusta translatione Guilelmi de Moerbeka*. Leipzig, 1872.

¹⁶ Cf. VERBEKE (op. cit.); BOSSIER (op. cit.)

¹⁷ Não queremos adentrar nessa temática, extremamente espinhosa; entretanto, não custa lembrar ainda os problemas que envolvem a tradução de um texto filosófico, particularmente, no qual a preocupação primordial é a tradução do conceito e da ideia, e não necessariamente a elegância e a correção estilística que comportam as traduções literárias.

¹⁸ Cf. SCHMIDT, J. A Raven with a halo: The translation of Aristotle's *Politics*. In: *History Political Thought*, v. VII, summer, 1986.

tradução da *Política* para o latim, ou em outras palavras: o que motivou Moerbeke a traduzir a *Política*?

Não se conhece nenhum documento, seja de Moerbeke, seja da Ordem dos Dominicanos, que forneça indícios que expliquem as motivações para a tradução da *Política*. Na falta desses elementos históricos, uma opção é o estudo do contexto intelectual anterior a 1260, que poderia ter motivado a tradução e, portanto, fornecido o vocabulário e o apoio conceitual necessário para o tradutor.

Seguindo as pesquisas de Bertelloni¹⁹, o interesse pela *Política* de Aristóteles provavelmente nasce das leituras e comentários da *Ética a Nicômaco*. Após a tradução, ou melhor, revisão de uma antiga edição feita por Roberto Grosseteste, em 1246, tem-se o estudo e comentário dessa edição latina da *Ética* por Alberto Magno, no *Studio* dominicano de Colônia, entre 1248 e 1252, que resulta no *Comentário à Ética*, também conhecido como *Super-Ethica*.

Sobre o trabalho de Grosseteste, convém lembrar que ele revisou uma antiga tradução da *Ética* feita no início do século XII por Burgúndio de Pisa, a edição *vetus* ou *antiqua*²⁰. Grosseteste, depois de uma estadia nos territórios bizantinos, traz novos manuscritos gregos, bem como alguns comentários gregos à *Ética*, como os de Eustrácio e Miguel de Éfeso. Com esse material à disposição, revisa a tradução de Burgúndio de Pisa, ao mesmo tempo em que traduz esses dois comentários gregos. O resultado é uma nova tradução do texto aristotélico, agora com o apoio dos comentários, o que certamente conferiu maior qualidade à tradução.

Essa tradução que se completa entre 1246-1247 é disponibilizada a Alberto, que nos cinco anos seguintes empreende cursos e comentários ao texto – o que resultará na *Super-Ethica* – cursos estes que foram acompanhados pelo jovem Tomás de Aquino, estudante em Colônia. Muito provavelmente, Moerbeke também acompanhou parte desses cursos ou teve notícias dele, visto ser um membro da mesma província teutônica dos dominicanos, do qual faziam parte os conventos de Brabante e Colônia.

Coincidências à parte, alguns anos depois, Moerbeke parte para os territórios bizantinos e retorna com uma tradução parcial da *Política*. Contudo, na

¹⁹ BERTELLONI, F Les schèmes de la philosophia practica anterieus à 1265: leur vocabolaire concernant la Politique ete les rôle dans la réception de la *Politique* d'Aristotle. In: *Lelaboration du vocabulaire Philosophique au Moyen Age*. Brepols, 1998 [p. 171-202]; Presupuestos de la recepcion de la *Política* de Aristóteles. In: *Aristotélica et Lulliana*, Steenbrugis, 1995 [p. 35-54]; Giuridicità della 'scientia politica' nella riflessione politica delgi artisti nella prima metà del secolo XIII. In: *Les philosophies morales ete politiques au Moyen Âge*, Ottawa, 1992 [p. 333-341].

²⁰ GAUTHIER, R.-A. *Introduction in L'Éthique a Nicomaque*. Louvain: Publications Universitaires, 1970, p. 116.

ausência de documentos históricos comprovando essa relação causal entre o estudo da *Ética* e a imediata tradução da *Política*, uma breve análise da tradução latina de Grosseteste e do comentário de Alberto pode fornecer alguns esclarecimentos.

Como se sabe, são ao menos quatro os momentos em que Aristóteles faz referência na *Ética* à vida política: em I.1, 1093a 25ss, quando afirma textualmente que a política é a ciência arquitetônica; em VI.8, 1141b 24ss, onde é reiterada a função arquitetônica da política; em VIII.11 e 12, no qual é exposta uma rápida teoria das formas de governo; e no final de X. 10, 1179a33ss, quando se analisa o papel da lei e do legislador.

Assim, uma leitura atenta da *Ética* conduz o leitor a problemas relativos à vida política, que não são desenvolvidos no texto ético. Tendo em vista que os latinos possuíam algumas indicações sobre um texto político de Aristóteles, cumpria descobri-lo e traduzi-lo para que se compreendesse melhor essa parte prática da filosofia aristotélica, donde a tese de Bertelloni, pela qual a recepção da *Política* de Aristóteles não foi um ato passivo, como uma descoberta inesperada, mas a busca de um texto necessário para a compreensão da filosofia prática de Aristóteles. Dessa maneira, a recepção do texto político aristotélico é fruto de um esforço teórico em conhecer a filosofia prática de modo completo. Ora, a estadia de Moerbeke nos territórios bizantinos, documentada como sendo posterior a 1250 e anterior a 1260²¹, com a publicação da tradução alguns anos após a tradução de Grosseteste e ao comentário de Alberto, encaixam-se adequadamente a esse quadro teórico da necessidade de conhecimento e compreensão do texto político aristotélico para a solução dos problemas herdados da *Ética*, principalmente no que tange à divisão das ciências práticas e à correta disposição dessas ciências, até mesmo em que medida elas são ciências.

Entretanto, para além dessa hipótese de caráter histórico que emana da leitura da *Ética*, pensamos que uma comparação entre o vocabulário utilizado tanto na tradução latina de Grosseteste, quanto no comentário de Alberto, em confronto com a tradução da *Política* de Moerbeke, poderiam revelar diferenças ou similitudes terminológicas que demonstrariam, por seu turno, as possíveis heranças ou não entre os textos éticos e a tradução do texto político. Conforme a hipótese de Bertelloni, se a *Política* foi traduzida sob inspiração do texto da *Ética*, então o vocabulário empregado por Moerbeke é tributário da tradução de Grosseteste e do comentário de Alberto.

²¹ Cf. VERBEKE (op. cit.); GRABMANN (op. cit.)

Na edição da *Ética* da coleção *Aristotelis Latinus*, publicada por Gauthier²², verificamos, nos extratos da tradução de Burgúndio de Pisa, alguns termos transliterados como: *Ex ++ timogratia autem utique in dimocratiam conterminalis* [1160b16]; *minimum autem malum est dimocratia in parvum enim* [1160b19]; *In tirannide enim nichil aut ++ parum amicitie* [1161a32].

Na correção de tradução de Grosseteste, quando, em 1160a31, Aristóteles faz sua rápida dissertação sobre as formas de governo, na tradução encontramos os seguintes termos latinos: *politie, aristocratia, timocraticam, politiam, tyrannis, tyrannus, tyrannidem, oligarchiam, epieikess e democratiam*. Esses exemplos são ilustrativos do quanto, na tradução de Grosseteste, uma série de termos gregos não são traduzidos, mas somente transliterados, o que demonstra que ele também não possuía um vocabulário latino apropriado para fazer a tradução dos termos políticos aristotélicos.

Agora vejamos como Alberto, ao comentar esse trecho específico da *Ética*, explica essa passagem. Ele começa sua exposição do livro VIII do *Super Ethica*, Tratado III, capítulo II²³, analisando as formas de governo retas e corrompidas (*Politicae autem sive politexae species*). As retas são os regimes conforme a justiça (*secundum regimen justitiae*), designados como: *regnum, aristocratia e timocratia*. Os respectivos desvios são designados como: *tyranni, obligarchia* [e não *oligarchia*] e *democratia*. Logo em seguida, Alberto salienta que a *politexam* também é chamada de *politicam* ou *urbanitatem* (*appellare politexam [vel politicam] sive urbanitatem*). Essa frase, como outras que se seguem ao longo desse capítulo, revelam a preocupação de Alberto em apresentar termos em latim correlatos aos termos gregos transliterados ou explicar o que significam esses termos gregos. Em algumas passagens, ele até escreve em caracteres gregos e fornece a tradução, como, por exemplo: *Δημος enim Graece, Latine plebs est*.

Este último exemplo é muito significativo, pois, além de mobilizar a terminologia política transliterada da tradução de Grosseteste, Alberto faz um movimento a mais: procura explicar alguns termos-chave em grego, dando sua significação em latim. Ora, esse trabalho não somente consolida a terminologia transliterada de Grosseteste, uma vez que a utiliza, mas instaura um novo repertório de vocábulos políticos latinos, visto que fornece significado a eles. Com suas explicações e comentários, Alberto evidencia a quais dados de realidade esses termos fazem referência, embora seja um tanto quanto restrito nesse trabalho, no *Super Ethica*, pois dedica poucas páginas a essa explicação e o faz de modo

²² Aristoteles latinus. *Burgundius Pisanus translator Aristotelis*. XXVI. fasc. Secundus. Gauthier, R. A. (ed.). Leiden/ Bruxelles: E. J. Brill (Corpus Philosophorum Medii Aevi), 1972-1974 [p. 99-124].

²³ Cf. edição francesa organizada por Augusti Borgnet (Paris: Vives, 1891, p. 539ss).

muito parcial (mesmo porque o texto aristotélico também não permite maiores digressões sobre a teoria das formas de governo). Seja como for, nesse pequeno extrato do comentário albertiano, fica evidente como um novo vocabulário político, totalmente herdado do grego, se insere no mundo latino ocidental.

D) O VOCABULÁRIO POLÍTICO MOERBEKIANO

A esta altura, talvez já seja possível responder a algumas questões apresentadas no início, principalmente no que tange às transliterações de alguns termos políticos-chave. Com efeito, Moerbeke em sua tradução utiliza-se do mesmo vocabulário político usado por Grosseteste e Alberto, seja para designar as formas de governo: *regnum*, *monarchia*, *aristocratia*, *democratia*, *oligarchia*, *tirannus*, seja os termos derivados de *politica*. Donde, pode-se concluir que, se não foi Moerbeke que criou esses vocábulos políticos, agora latinizados, certamente foi por meio de sua tradução que eles se consolidaram no vocabulário político latino, doravante. Tanto é verdade que ela estará presente na ampla maioria dos textos políticos dos escritores, principalmente quando se tratar de escritos sobre a teoria das formas de governo. Prova maior do enraizamento desse novo vocabulário político latino é a repercussão da tradução da *Política* feita no século XV pelo humanista Leonardo Bruni²⁴. Em sua tentativa de fazer uma tradução que superasse as limitações de um texto pouco latino, cuja tradução *verbum a verbo* produzia verdadeiros barbarismos, Bruni faz um texto mais latinizado, ou seja, com um vocabulário de forte inspiração ciceroniana e dos escritores latinos em geral. Nesse sentido, boa parte desses termos transliterados são trocados por termos mais adequados ao latim clássico, como se verifica na tabela abaixo:

Moerbeke	<i>Aristocratia</i>	<i>Oligarchia</i>	<i>Democratia</i>	<i>Politica</i>
Bruni	<i>Optimates</i>	<i>Paucorum statum</i>	<i>Popularum statum</i>	<i>Respublica</i>

Além dessa substituição de terminologia, Leonardo Bruni se empenha principalmente em modificar o modo de construção das frases e dos períodos. Assim, a tradução de Bruni modifica em muito a estrutura e o estilo da exposição, produzindo, em termos de estilística latina, um texto mais adequado.

Todavia, esse esforço de adaptar o texto da *Política* a um vocabulário latino mais clássico não surte efeito. Ao contrário, sua difusão é restritíssima e o texto é pouco utilizado; suas modificações terminológicas não encontram grande

²⁴ Cf. BIANCHI, L. *Studi Sull'Aristotelismo del rinascimento*. Padova: Il Poligrafo, 2003 [cap. 5, p. 148ss]

aceitação entre seus contemporâneos, que ainda se valem da terminologia política latina cunhada no século XIII²⁵.

Isso mostra como o vocabulário político latino no século XV já estava sob forte influência do léxico elaborado pelos leitores da edição latina da *Política* de Moerbeke, donde a solução de acomodar novos vocábulos políticos, mas não mais alterá-los substancialmente, como pretendeu Bruni. Tanto é assim que, nos textos políticos escritos nas línguas modernas, essa terminologia latina dos medievais é transliterada e adaptada a essas novas línguas, principalmente no que se refere à terminologia das formas de governo e ao espaço político, como, por exemplo: *democracy* (inglês), *democracia* (espanhol e português), *democrazia* (italiano), *democratie* (francês), *demokratie* (alemão).

Contudo, duas outras questões ainda restam, neste caso dizendo respeito ao termo *política* e ao termo *communitas*. Como chamou atenção Rubinstein, sem contudo responder a contento, o termo *política* e seus derivados, mais do que uma transliteração do grego, são índices de uma mudança no modo de conceber a dimensão pública do homem²⁶. Antes das traduções latinas medievais dos textos aristotélicos, que se iniciam no século XII, o termo *política*, em sua conotação como o lugar das questões públicas, não possuía esse sentido entre os latinos. Mesmo quando voltamos ao *Policraticus*, de John de Salisbury, não se verifica o uso dessa palavra na acepção citada. Nesse sentido, quando o termo ocorre nas traduções da *Ética* ele causa estranhamento, pois *política* indica algo abstrato e vazio de sentido, ou melhor, aquilo que um grego, seja do século III antes de Cristo, seja do século XII da era cristã, entendia como *polis* e *política*, não fazia parte do quadro de significações latino, donde tal transliteração transportar para esse mundo latino um conceito novo e sem referências. Isso se verifica na medida em que a indicação de que há algo que se diz *política*, que pode ser entendido como a *communitas política* dos latinos, não fazia muito sentido até a tradução da *Política* e seus posteriores comentários. A dificuldade que se apresenta, então, é como ocorre essa construção de significação de um termo transliterado da língua grega para o latim e como passa a denotar uma esfera da vida humana, um domínio inegável e inescapável do existir humano. Mais até que os vocábulos gregos sobre as formas de governo, o termo *política* ocupará no pensamento latino um lugar especial, que antes do século XIII

²⁵ Um bom exemplo é o escritor veneziano Lauro Quirini, que, em 1449-50, publica o seu *De Republica*, seguindo de perto a estrutura argumentativa da *Política* e utilizando o vocabulário político moerbekiano, apesar de ser contemporâneo de Bruni e trocar correspondências com ele. Sobre Quirini, cf. SENO, C.; RAVEGNANI, G. *De Republica*. In: KRAUTTER, K. et alii. *Lauro Quirini Umanista*. Firenze: Leo Olschki, 1977.

²⁶ RUBINSTEIN, N. The History of the Word *politicus* in Early Modern Europe. In: *Studies in Italian History in the Middle Ages and the Renaissance*. Roma: Edizioni di Stori e Letteratura, 2004. [cap.13].

não possuía. Logo em seguida à tradução de Moerbeke, a *politica* será equiparada em alguns casos à *respublica*, embora isso não se dê para todos os pensadores políticos, nem de modo amplo para aqueles que fazem tal equivalência. No limite, a questão que se põe é como que esse termo grego adquire a significação que lhe será própria entre os latinos, a partir do século XIII.

Outra dificuldade, correlata a essa, concerne à tradução de *koinonia politiké* por *communitas* ou *communicatio politica*. De modo mais claro: por que nem Grosseteste, nem Moerbeke traduziram *koinonia politiké* por *civitatís, societas* ou *respublica*? Para recordar, logo na abertura da *Política*, Aristóteles define *polis* como uma *koinonia politiké*, como a associação humana mais excelente; é essa associação que formará a *polis*, que nós costumeiramente traduzimos por cidade. Ora, por que os tradutores medievais não optaram por traduzir a expressão que será a definição de cidade por *civitas*, que é um termo latino consagrado e de largo uso, como o fará Bruni, no século XV? Para termos um bom critério, convém comparar a tradução do parágrafo inicial da *Política* (I, I, 1252a1), feita por Moerbeke e por Bruni.

Quoniam omnem civitatem videmus communitatem quamdam existentem et omnem communitatem boni alicuius gratia institutam (eius enim quod videtur boni gratia omnia operantur omnes), manifestum quod omnes quidem bonum aliquod coniecturant, maxime autem principalissimi omnium omnium maxime principalis et omnes alias circumplectens, haec autem **est quae vocatur civitas et communicatio politica.**

[Guillelmus de Morbeka translator Aristotelis F. Susemihl, Leipzig, 1872
[*Aristotelis Politicorum libri octo cum vetusta translatione Guilelmi de Moerbeka*]

Quoniam videmus omnem civitatem esse societatem quamdam, et omnem societatem boni alicujus gratia constitutam. Nam ejus gratia, quod bonum videtur, omnia omnes agunt, patet quod bonum aliquod omnes coniectant. Maxime vero principalissimum omnium, quae est principalissima, et caeteras omnes complectitur. Est autem haec, illa **quae civitas appellatur, et civilis societas.**

[Leonardi Arentini translatio in Alberti Magni, *Opera Omnia, Commentari in octo libris Politicorum Aristotelis*, ed. Augusti Borgnet, Paris: Vives, 1891 [p. 1]

Ao analisar as questões envolvendo a tradução de *koinonia* por *communitas*, Schmidt, considerando apenas a tradução de Moerbeke e não as traduções da *Ética* de Grosseteste e Burgundio, propõe a mesma questão em seu artigo e sugere que a razão para essa opção de tradução estaria na influência do texto latino da Bíblia, a *Vulgata*, feita por Jerônimo, no século IV²⁷. Segundo ele, Moerbeke adotou a mesma opção de Jerônimo na *Vulgata*, pois nesta, principalmente nos textos do Novo Testamento, onde está a maioria das ocorrências do termo *koinonia*, na edição grega

²⁷ Cf. SCHMIDT, J. A Raven with a Halo: The Translation of Aristotle's Politics. In: *History Political Thought*, v. VII, summer, 1986.

da Bíblia (ou *edição dos setenta*), na maior parte das vezes *koinonia* é traduzida por *communitas*²⁸. A razão para essa escolha de Jerônimo reside no fato de querer indicar para essa nova agremiação dos cristãos, à qual os apóstolos fazem referência com a *koinonia*, um termo que diferisse daquilo que já era sinal de decadência no mundo romano, a *civitas*, bem como este último termo estar carregado de um sentido mais jurídico do que político. No espírito dessa nova proposta de organização dos homens, evidente nos textos apostólicos do Novo Testamento e nos textos patrísticos em geral, uma nova acepção deveria ser aplicada para aquilo que em grego a designava. Nesse sentido, o termo *communitas* difere a associação dos cristãos do termo latino *civitas*, ou mesmo *societas*, que também possuía uma forte conotação contratualista e utilitarista, se tomarmos em conta os textos ciceronianos e estoicos, de modo geral. A *communitas* cristã estará livre dessa carga romana e traz a novidade própria de um projeto que se pretende reformador.

Contudo, a hipótese de Schmidt falha, ao não apontar que a influência de Moerbeke também nesse caso da tradução de *koinonia politiké* ser a tradução de Grosseteste e o comentário de Alberto. Todavia, ainda assim poderíamos manter a questão e aplicá-la para Grosseteste ou até mesmo para a tradução da *Ética* de Burgúndio de Pisa, por ser o nascedouro da questão, e o problema permaneceria: por que esses tradutores e comentadores não modificaram a tradução de *koinonia politiké* por *civitatis*, mas mantiveram *communitas política*?

Independentemente das possíveis motivações para a tradução, no caso da *Política*, a resposta para a tradução de *koinonia* por *communitas* se verifica na própria tradução de Moerbeke e é corroborada pelos comentários de Tomás e Alberto. Moerbeke, na tradução, como visto, declara: “[...] *maxime autem principalissimi omnium omnium maxime principalis et omnes alias circumplectens, haec autem est quae vocatur civitas et communicatio politica* [grifo nosso]”. Ora, aquilo que é chamado pelos latinos de *civitas* (*vocatur civitas*) é o que se designa, na tradução, por comunidade política. Portanto, na própria tradução se encontra a indicação do que se entende por *communicatio politica*, a *civitas*, ou melhor, a *civitas* no seu grau máximo, na sua maior excelência. Interpretação igual temos no comentário à *Política* de Alberto, que também evidência que a *communicatio* aqui é aquela que visa ao maior bem de todos, ao mais excelente, logo sendo a comunidade

²⁸ No *Antigo Testamento*, as ocorrências de *koinonia* estão em: Levítico, 5:21 e Sabedoria, 8:18. No *Novo Testamento*, em: Atos dos Apóstolos 2:42; Romanos 15:26; 1 Coríntios 1:9; 1 Coríntios 10:16 [2 vezes]; 2 Coríntios 6:14; 2 Coríntios 8:4; 2 Coríntios 9:13; 2 Coríntios 13:14; Gálatas 2:9; Efésios 3:9; Filipenses 1:5; Filipenses 2:1; Filipenses 3:10; Filemon 1:6; Hebreus 13:16; 1 João 1:3 [2 vezes]; 1 João 1:7; 1 João 1:6.

*principalissima*²⁹. Interpretação também compartilha Tomás de Aquino, mas com mais clareza, sustentando que essa comunidade excelente é uma *civitas*:

Por outro lado, é evidente que a cidade inclui todas as outras comunidades, com efeito, as casas, as aldeias e os cidadãos estão compreendidos nela; e assim a comunidade política é a principal comunidade. Concluimos, então, que ela é principalmente boa entre todas as boas comunidades humanas.³⁰

Contudo, nem toda *civitas* é uma comunidade política, ou seja, os termos não são totalmente equivalentes, mas só parcialmente equivalentes³¹, pois apenas a *civitas* que visa ao maior dos bens é aquela que compreende todas as outras, em relação ao maior dos bens.

Torna-se evidente, portanto, que a não tradução de *koinonia* por *civitas*, *societas* ou *respublica*, mas por *communitas*, ocorre em função da excelência ou maior dignidade dessa comunidade política em relação às demais associações humanas, o que não impede de aparecer em várias passagens essa equiparação entre *communitas politica* com *civitas*. A questão parece não ser tanto a designação de *koinonia* por *communitas* ou *civitas*, mas para que nem toda e qualquer forma de *civitas* seja nomeada como *communitas politica*, o que está totalmente conforme ao raciocínio aristotélico. Com efeito, o próprio Aristóteles, ainda no começo da *Política* (I, 2), enfatiza que só será de fato uma *polis* a *koinonia* que cumprir algumas condições: ser autosuficiente (*autarqueia*), visar ao maior dos bens (*telos*), proporcionar a felicidade dos seus membros (*eudaimonia*) e, maior critério de todos, ser por natureza (*to physei*), donde não ser qualquer *koinonia* que satisfaça esses requisitos, mas apenas a *koinonia politiké*.

Entretanto, se a solução fica evidente para a opção de tradução de *koinonia* por *communitas*, o mesmo não se pode dizer para a transliteração de *politica*. A existência e o uso frequente desse vocabulário político nas línguas modernas escondem o impacto que este gerou, no momento de seu ingresso no mundo latino medieval. É de fato um tanto quanto desconcertante saber que o termo *politica* e seus derivados não faziam parte do quadro conceitual dos povos europeus de língua latina, antes da tradução das obras de Aristóteles.

²⁹ BORGNET, A. (ed.). Alberti Magni, *Opera Omnia, Commentari in octo libris Politicorum Aristotelis*, Paris: Vives, 1891 [p. 8].

³⁰ *Manifestum est autem quod ciuitas includit omnes alias communitates, nam et domus et uici sub ciuitatem comprehenduntur; et sic ipsa communitas politica est communitas principalissima: est ergo coniectatris principalissimi boni inter omnia bona humana.* Thomae Aquinatis. *Sententia libri politicorum*. Commissio Leonina, t. XLVIII. Roma: Sanctae Sabinae, 1971 [p. A72, linhas 45-50].

³¹ Tanto o raciocínio de Tomás quanto o de Alberto enfatizam a finalidade visada por essa comunidade, algo que é evidente no texto político aristotélico.

Rubinstein desmonstra que, antes da tradução de Moerbeke, os poucos usos do termo ainda no século XII, seja no *Policratus* de John de Salisbury, seja no *Didascalion* de Hugo de São Vitor, apesar de fazerem referências ao termo *politicus* e *politica*, não o empregavam na mesma acepção que será corrente depois da tradução de Moerbeke e dos comentários de Alberto e, principalmente, dos de Tomás de Aquino³². Com efeito, malgrado essa terminologia já estar presente antes de 1260, como evidenciado, ela não era muito clara para esses leitores do texto político aristotélico, a despeito dos grandes esforços explicativos de Alberto, no seu comentário à *Ética*. Após a tradução latina da *Política*, os comentários, as explicações e os usos do texto que se seguem não somente esclarecem o que esses termos políticos significam, como os consolidam como um vocabulário preciso para se referir a esse domínio público da vida humana. De outro modo, a estranheza que certamente causaram termos como *politeia* e *politeuma*, para os leitores latinos, se dissolveu quando das explicações, inicialmente de Tomás, mas depois com Pedro Alvergnia – que completa o *Sententia libri Politicorum* –, Ptolomeu de Lucca e das utilizações dos argumentos aristotélicos por Edígio Romano, Marsílio de Pádua, Bartolo de Sassoferrato etc.

Nesse trabalho dos pensadores medievais de explicação dos conceitos políticos aristotélicos, dois aspectos devem ser salientados: a equivalência dos termos políticos aristotélicos aos conceitos correntes do vocabulário latino, como *cives*, *civitatis*, *urbanitatem*, *optimates* etc; em um segundo momento, quando nos comentários e nos demais textos políticos que se valem dos argumentos aristotélicos, são mobilizados exemplos históricos de Esparta, da época republicana de Roma e do contexto italiano dos séculos XIII e XIV, que aproxima em muito o pensamento político aristotélico do republicanismo.

O comentário de Tomás, mais do que o de Alberto, procura aproximar esses conceitos políticos aristotélicos com os exemplos políticos existentes, embora se atenha em quase todo o momento no caráter científico do texto e nas explicações de suas fundamentações metafísicas, na parte argumentativa do texto aristotélico. Se pudéssemos resumir em poucas palavras o comentário tomasiano à *Política*, poder-se-ia afirmar que buscou principalmente apresentar e explicar, em termos científicos, o texto político aristotélico, haja vista seu destaque aos aspectos metafísicos e físicos da conceituação política. Ainda que seja um comentário parcial e incompleto – fato esse que não deve ser minimizado, pois poderia indicar uma escolha de Tomás em não querer tratar do restante do livro – naquilo a que

³² RUBINSTEIN, N. The History of the Word *politicus* in Early Modern Europe, publicado inicialmente em *Ideas in Context. The Languages of Political Theory in Early-Modern*, 1997, e que também pode ser consultado em *Studies in Italian History in the Middle Ages and the Renaissance*. Roma: Edizioni di Stori e Letteratura, 2004. [cap.13]

se dedica, o texto tomasiano enfatiza os aspectos metafísicos e não explora muito as implicações políticas sugeridas pelo texto.

Para ilustrar, apresentamos alguns exemplos de explicação do vocabulário transliterado de Moerberke, feita por Tomás no seu comentário. No que tange ao termo *polis*, destaca Tomás: “Portanto, *polis*, em poucas e breves palavras, significa em grego cidade”³³. Acerca da *politeuma*: “Logo, isto é *politeuma* para a cidade, isto é, a ordenação dos cidadãos”³⁴. Ainda sobre *politeuma*, acrescenta Tomás: “Portanto, disse primeiro que a política não é outra que a *politueuma*, que significa a ordenação predominante na cidade; é necessário que seja diferenciado os políticos conforme a diversidade predominante [na cidade]”³⁵. Para o termo *politica*: “[...] política, isto é, as ordenações civis”³⁶. E, na sequência: “Também é verdadeiro que instituir politicamente é ordenar o regime civil e possuir leis, assim como Licurgo que instituiu o regime político espartano e Solon que instituiu o ateniense; [...] Política é o regime da cidade”³⁷.

Ainda:

Porém a política [forma de governo] é principalmente isso: ser livre conforme a natureza [...]. Mas a política [forma de governo] é principalmente liberdade e igualdade, que é compartilhada principalmente pelas pessoas onde subjaz propriamente a igualdade, e também é constituída de muitos [membros] ou de um ou em diversos ofícios.³⁸

Esses exemplos comprovam o esforço de Tomás em tornar compreensível para o seu leitor o significado desses termos que não faziam muito sentido para um latino, donde podemos notar aqui também uma aproximação do vocabulário

³³ *Polis enim in greco per o paruum scriptum et i breue significat ciuitatem.* [liber I, cap. 9, linha 217-222, A111]

³⁴ *Et hoc ideo quia politeuma ciuitatis, id est positio ordinis in ciuitate.* [liber III, cap. 5, linha 22-25, A201]

³⁵ *Dicit ergo primo quod <quia> politia nichil est aliud quam politeuma, quod significat ordinem dominantium in ciuitate, necesse est quod distinguantur politie secundum diuersitatem dominantium.* [liber III, cap. 6, linha 16-20, A204]

³⁶ [...] *politie*, id est ordinationes ciuitatem. [liber I, cap. 8, linha 15, A148]

³⁷ [...] *quidam uero etiam instituerunt politiam, que est ordinatio regiminis ciuitatis, et posuerunt quasdam leges, sicut Licurgus qui instituit lacedemonicam politiam, et solon qui instituit atheniensem; [...] politiam, id est regimen ciuitatis.* [liber II, cap. 17, linha 22-26 e 41, A181]; *quia politia nichil aliud est quam ordo inhabitantium ciuitatem* [liber III, cap. 1, linha 41-42, A186].

³⁸ *Politica enim est principatus eorum qui sunt liberi secundum naturam; set politica est principatus liberorum et equalium, unde communitantur persone principantes et subiecte propter equalitatem, et constituuntur etiam plures principantes uel in uno uel in diuersis officiis.* [liber I, cap. 5, linha 16 e 32-36, A94].

político grego transliterado para o quadro mental e conceitual latino do século XIII. Os comentários que se seguem ao longo do século XIV consolidarão essa aproximação terminológica.

Um segundo aspecto desse processo está no uso desses conceitos da *Política* pelos escritores políticos, que confirmam definitivamente esse vocabulário como o léxico político latino. Nesse sentido, três exemplos são ilustrativos: o *De regimine principum*, de Egídio Romano, o *Defensor Pacis*, de Marsílio de Pádua, e o *De regimine civitatis*, de Bartolo de Sassoferrato. Todas essas obras foram escritas para atender às demandas políticas do momento, configurando-se, dessa maneira, como obras de política militante. Assim, cada uma delas faz, ao seu modo, uma mobilização dos conceitos políticos aristotélicos da tradução latina de Moerbeke, característica essa que se ressalta, se levarmos em conta a diversidade posições defendidas, por exemplo, entre Egídio e Marsílio, sendo o primeiro um defensor da monarquia como o regime ideal e o segundo propondo uma democracia ou governo conciliar universal para a Igreja. A partir desse momento, já existe um vocabulário comum para tratar dos regimes políticos, que tem sua fonte na tradução latina do texto aristotélico.

Retornando ao nosso ponto de partida a propósito da terminologia política, se, por um lado, a tradução de Moerbeke por si só resolve um primeiro problema, quando mostra que a *communicatio politica* é equivalente àquilo que os latinos nomeiam de *civitatis societas*, falta, todavia, explicar as traduções dos demais termos problemáticos. A solução para esse desconforto terminológico será dada paulatinamente por meio dos comentários, que mantiveram esse vocabulário e o explicaram, e a mobilização desses argumentos aristotélicos em textos políticos dos mais diversos tipos, mas que tinham como solo comum esse novo quadro conceitual e mesmo vocabulário. Enfim, diante do impacto inicial da novidade que foi a tradução da *Política*, assim como antes tinha sido a tradução da *Ética*, houve na sequência um longo e persistente trabalho de explicações e aproximações teóricas, que resultou no vocabulário político corrente do tardo-medieval e do Renascimento.

Isso não significa que, concomitantemente, e, com mais força, no Renascimento italiano dos séculos XIV, XV e XVI, não houvesse uma mobilização também do vocabulário latino romano ou ciceroniano, cujo grande exemplo aqui é a tradução da *Política* de Leonardo Bruni, que utiliza essa base lexical latina. Quando o vocabulário latino ciceroniano ou de origem jurídica (que permanece via direito romano e suas glosas), for usado pelos humanistas, ele o será dentro desses limites conceituais do aristotelismo político, sobretudo no que tange à teoria das formas de governo, cujo exemplo é o texto de Bartollo. Ora, o conhecido jurista e glosador da Escola de Bolonha, quando se dedica à reflexão das formas de governo, o faz num quadro conceitual aristotélico.

MARTINS, J. A.

Portanto, a introdução da tradução latina da *Política* inaugura um novo momento no pensamento político medieval, mas será, ao longo dos séculos, assimilada e integrada a novos corpos lexicais, como uma sobreposição de camadas terminológicas. A despeito disso, o marco já está lançado e a filosofia doravante terá uma identidade específica. Por isso é que dissemos uma filosofia política, um campo do político e não uma filosofia cívica, uma esfera cívica, a não ser como dimensão subordinada da *política*.

MARTINS, José Antônio. On the Roots of Medieval Political Vocabulary. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, n.3, p. 51-68, 2011.

ABSTRACT: Since its translation from Greek into Latin in the 13th century, the phenomenon of incorporation of Aristotelian political lexicon into the Latin context raises issues regarding which terminology was left out and which one was taken in. These questions are raised not only concerning the translation of the *Politics* by William of Moerbeke, but also the first commentaries on the Aristotelian Latin text by Albertus Magnus and Thomas Aquinas, as well as the possible reverberation of those new Moerbekian political vocables in some readers of the *Politics* in the 14th century. This is neither only about verifying who has used or not used certain vocabulary nor about pronouncing judgments on these practices in order to stick a label on a thinker. Rather, this is about trying to specify the beginning of a new way of thinking and to understand that domain of human life that is its public dimension, or rather, its political dimension from the use of vocables. More specifically, this paper intends to understand how a new conceptual framework emerges from the Latin translation of the *Politics*, i.e., the *political* sphere. It is granted that the translation of the *Politics* by Moerbeke sets a new vocabulary and a new conceptual framework that will be among the grounds of the political thinking from then on.

KEYWORDS: *Politics*. Aristotle. Moerbeke. translation. reception.

recebido em: 12.05.2011

aprovado em: 23.09.2011